

Regime militar

Cúpula do Exército dá aval à volta de órgão que apura mortes na ditadura

Oficiais da Força já deram sinal verde para a recriação da Comissão de Mortos e Desaparecidos, extinta na gestão Bolsonaro

MONICA GUGLIANO

Apesar de o governo Lula afirmar que não instala a Comissão de Mortos e Desaparecidos para evitar atritos com as Forças Armadas, oficiais da cúpula do Exército já deram sinal verde e concordam com a volta da comissão e a retomada das investigações interrompidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Parecer

Na sexta-feira passada, o Ministério da Justiça deu parecer favorável para que a comissão seja reinstalada

Segundo esses oficiais, todas as famílias têm o direito de saber o que aconteceu com parentes e amigos desaparecidos durante os anos da ditadura militar. Criada com a Lei 9.140, em 1995, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a comissão ainda é tratada como tabu por alguns militares.

Esses mesmos oficiais, entre-

tanto, entendem que a busca não pode ser um fim em si mesma. Mas deve servir para explicar tudo aquilo que possa ser esclarecido e, levando em consideração os anos que se passaram, buscar documentos extraviados, relatórios perdidos e as respostas possíveis, para encerrar o assunto de uma vez.

Oficiais se dizem preocupados com a possibilidade de muitas famílias ficarem decepcionadas porque, a esta altura, depois de tantos anos, não será fácil conseguir as respostas que muitos esperam. Mas reconhecem a importância de buscar e encontrar tudo que seja possível achar.

JUSTIÇA. A Casa Civil, que, segundo autoridades do governo, estaria entre os que se opõem à instalação da comissão, recebeu um parecer do Ministério da Justiça e Segurança Pública favorável à retomada dos trabalhos. O ministério já havia chancelado a volta ainda sob a gestão de Flávio Dino, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Porém, o governo optou por submeter o tema também ao novo titular da pasta da Justiça, Ricardo Lewandowski.

Na sexta-feira passada, o ministério deu parecer favorável para que a comissão seja reinstalada, cumprindo a promessa feita pelo presidente Luiz Iná-

Para lembrar

Ministério deu parecer a favor do colegiado

Ministério dos Direitos Humanos

RENATO ARAÚJO/CÂMARA DOS DEP. - 5/12/2023



A reinstalação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos é defendida pelo ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Almeida, que encampou a pauta desde o início do governo Lula

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Na semana passada, o Ministério da Justiça, chefiado por Ricardo Lewandowski, deu parecer favorável à recriação da comissão, extinta em 2022

cio Lula da Silva, ainda antes da posse. Mas os ataques às sedes dos três Poderes em Brasília no dia 8 de janeiro do ano passado e os processos judiciais envolvendo oficiais que

Ofício

CARLOS HUMBERTO/STF - 16/4/2023



Em ofício protocolado pelo ministro substituto Manoel Carlos de Almeida Neto (foto), a pasta da Justiça ratifica o parecer elaborado pelo ex-ministro Flávio Dino. Em março do ano passado, Dino foi favorável à reinstalação do colegiado

Histórico

A Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos foi criada em 1995 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com o objetivo de reconhecer pessoas mortas ou desaparecidas durante a ditadura militar (1964-1985) e despachar sobre pedidos de indenização de familiares. O colegiado foi extinto no fim do governo Bolsonaro

tramitam na Polícia Federal e no Supremo Tribunal Federal (STF) acabaram por postergar a instalação por causa do clima tenso com os militares.

Ainda na gestão do ministro

Flávio Dino, o ministério defendia a ideia de que não haveria impactos negativos, tendo em vista os trabalhos feitos pelo grupo desde 1995. Em outras palavras, não se trata de uma novidade.

O acervo da comissão é formado, principalmente, pelo conjunto de documentos, os "processos" – com pareceres sobre indenizações a familiares e também pela busca e localização dos restos mortais das vítimas – que serviram como base quando começaram os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, criada durante o governo da presidente Dilma Rousseff (PT). Os processos foram também usados pelas comissões da verdade estaduais e municipais instaladas em todo o Brasil.

DIREITOS HUMANOS. O colegiado foi extinto no fim do governo Bolsonaro, quando faltavam 15 dias para ele deixar o Palácio do Planalto. Com a chegada de Lula à Presidência, o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Almeida, anunciou que a recriação do colegiado era uma das principais metas da sua gestão. Apesar disso, a proposta elaborada por Almeida travou em meio à apreensão na gestão petista, que tem apostado numa política de conciliação com as Forças Armadas.

Um exemplo dessa estratégia de apaziguamento foi a ordem dada por Lula para cancelar todos os atos alusivos aos 60 anos do golpe militar, em março. A pasta de Silvío Almeida teve de desfazer os preparativos de um evento que seria realizado no Museu Nacional da República. ●

Transparência

TCU diz que viagens da FAB com autoridades podem ficar sob sigilo

JULIA CAMIN

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, na última terça-feira, uma regra que permite classificar informações de viagens de autoridades em aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) como sigilosas, por "motivos de segurança". A decisão beneficia diretamente o vice-presidente da República, os presidentes da Câmara e do Senado, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o procurador-geral da República.

De acordo com a Corte de Contas, a divulgação dos dados pode colocar em risco a segurança de instituições e "altas autoridades", mesmo de-

pois de as viagens terem sido realizadas. Voos de ministros de Estado não estão incluídos na nova regra.

O julgamento ocorreu a partir de uma solicitação da deputada federal Bia Kicis (PL-RJ),

'Segurança'
A Corte de Contas considera que a divulgação dos dados pode colocar em risco os passageiros

presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, sobre a utilização de aeronaves da FAB por ministros do governo e outras autoridades. O pedido cita que o atual ministro do STF Flávio

Dino, como titular da Justiça do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), teria realizado voos em jatos da FAB com caráter pessoal para o Maranhão e questiona se há justificativas para os deslocamentos "pessoais".

Como mostrou o Estadão, até agosto do ano passado, Dino foi para São Luís de jato da FAB 12 vezes, sendo 10 delas sem o cumprimento de agenda oficial. A assessoria do ministro disse que as viagens pela FAB visavam preservar a "segurança física e moral" de Dino.

Segundo a decisão do TCU, a "ampliação da transparência na divulgação dos passageiros transportados com os ministros de Estado" solicitada pelo Congresso foi negada a partir da aplicação do artigo 23 da Lei de Acesso à Informação (LAI). O artigo estabelece que são "passíveis de classificação as informações cuja divulgação possam pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades". ●

Justiça Eleitoral

Recursos pela cassação de Moro ficarão com ministro do TSE indicado por Lula

Os recursos do PT e do PL para tentar cassar o senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) foram distribuídos ao ministro Floriano de Azevedo Marques, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Após ouvir a Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE), caberá ao ministro, na qualidade de relator, analisar o processo e, quando estiver pronto, liberar o relatório e o caso para julgamento no plenário. Em situações excepcionais, ele também pode pedir mais provas e informações, se considerar necessário. ●

Liberdade de expressão

Desembargador cassa ordem para prisão preventiva de jornalista em Pernambuco

O desembargador Isaías Andrade Lins Neto, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ-PE), cassou a decisão de primeira instância que mandou prender preventivamente o jornalista Ricardo Antunes (foto), dono de um blog de grande audiência no Estado. Para o desembargador, a prisão foi decretada "à míngua de qualquer fundamentação idônea". A ação penal foi aberta depois que ele publicou notícias sobre a compra de um terreno por um promotor na ilha de Fernando de Noronha. ●



ARQUIVO PESSOAL - 27/4/2024

IMPRESSO ANDRÉ LINS NETO/STF
Pernambuco/STF - 15/04/2024
Cópia enviada por e-mail para o TSE

pressreader